

Dívida externa: convergência de posições na A. Latina

A primeira reação da comunidade financeira internacional ao anúncio do presidente da Bolívia, Hernán Siles Suazo, de que o país suspenderia "temporariamente" o pagamento do principal e dos juros de sua dívida externa foi procurar minimizar a importância da decisão. Afinal, a Bolívia desde março deste ano deixou de pagar os juros sobre sua dívida externa, chegando os atrasados a uma importância relativamente pequena (US\$ 15 milhões). Além disso, os empréstimos à Bolívia foram classificados como "non-performing" (créditos em liquidação) há cerca de um ano pelos bancos americanos em vista dos contínuos problemas daquele país para atender a seus compromissos externos.

É verdade ainda que a Bolívia não pertence ao clube dos grandes devedores, possuindo uma dívida externa total de US\$ 3,7 bilhões. Contudo, a atitude do governo de Siles Suazo, tomada há menos de uma semana, depois do anúncio pelo governo da República Dominicana de que rompia negociações com o Fundo Monetário Interna-

cional (FMI), pode ser indicativa de uma reação em cadeia, que pode vir a precipitar uma crise de grandes dimensões.

Embora La Paz não tenha decidido romper formalmente com o FMI, a sua decisão da última quarta-feira tem esse efeito na prática, pois é inconcebível, nas atuais circunstâncias, que o FMI continue negociando com um país que acaba de declarar uma moratória unilateral sem prazo especificado. E, como ocorreu na República Dominicana, a decisão do governo boliviano foi resultado direto de pressões populares contra medidas de austeridade recomendadas pelo FMI.

A Bolívia — como também a República Dominicana, o Chile, o Peru, o Equador e a Venezuela — está entre os países que aderiram às posições colocadas pela nota de advertência dos presidentes do Brasil, da Argentina, do México e da Colômbia, com relação à alta súbita dos juros internacionais. Aparentemente, os países que foram levados a romper com a comunidade financeira internacio-

nal esperam que, na conferência programada para o mês de junho para discussão da nota dos quatro presidentes, possa ser delineado um novo tipo de negociação de dívidas externas dos países em desenvolvimento que importe em menos sacrifícios para as suas populações.

Convém notar como é decisiva a questão dos pagamentos de juros pelos grandes países devedores. Se, por exemplo, Brasil, México, Argentina e Venezuela tiverem condições de suportar esse ônus, a receita adicional obtida pelos bancos americanos com a elevação da "prime rate" de 11 para 12,5% poderia ser suficiente para cobrir eventuais prejuízos com a inadimplência de pequenos devedores.

Compreende-se, por isso, que os grandes bancos resistam tenazmente a novas idéias, como a do estabelecimento de um teto para as transferências de juros. Mas, evidentemente, há um limite acima do qual não poderão ir mesmo os países que procuram não se afastar das regras atuais do jogo.

Como observou muito bem um recente editorial do prestigioso The Washington Post, "é uma realidade política que os governos latino-americanos não podem prosseguir impondo austeridade a seu próprio povo sem evidência de que os americanos tomarão providência para, pelo menos, limitar esse ônus". E, pergunta o jornal com absoluta justeza, "por que deveriam os brasileiros pagar pelos déficits públicos dos Estados Unidos?"

É inevitável, em tais circunstâncias, que os devedores, grandes e pequenos, acabem unindo-se para a tomada de uma posição de força. Tanto mais porque o governo americano insiste em não discutir a crise de endividamento como uma questão política. Em declarações recentes, o secretário do Tesouro, Donald Regan, reafirmou que novas medidas só poderão ser determinadas em consequência de entendimentos entre os bancos internacionais e os países do Terceiro Mundo. Parece, portanto, que Washington somente se disporá a intervir quando for tarde demais.